

Competência ambiental

→ **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA AMBIENTAL:** a competência pode ser exclusiva, privativa, concorrente e remanescente, sendo que a competência pl. legislar sobre meio ambiente é **CONCORRENTE**, ou seja, a União, Estados e DF podem legislar sobre as "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição", proteção ao patrimônio histórica, cultural, artístico, turístico e paisagístico; e responsabilidade por dano ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico.

art. 24 CF

→ delimita os campos de atuação de cada ente político, pl. evitar conflitos de normas.

↳ **cabe à União a edição de normas gerais**

↳ **cabe aos Estados e DF o exercício da competência suplementar.**

→ **normas gerais:** devem veicular princípios, diretrizes e regras que estabeleçam parâmetros mínimos de proteção do meio ambiente, de observância obrigatória em todo país, por todos os estados e municípios.

* é possível que uma norma geral não incida sobre todo o país, isso acontecerá quando as situações reguladas pela norma nacional forem verificadas apenas em alguns Estados, Municípios ou regiões, mas, mesmo assim afetarem o interesse geral.

→ **normas suplementares:** devem ampliar os parâmetros mínimos de proteção constantes das normas gerais, na medida de suas necessidades e particularidades, isso significa que os Estados, DF e Municípios podem criar normas ambientais mais restritivas do que as normas gerais, mas não podem criar normas menos restritivas.

importante

→ não existe hierarquia entre as normas gerais da União e as normas complementares dos Estados e DF, mas sim campos de atuação pré-definidos.

→ **COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS:** os municípios não foram mencionados no art. 24 CF, por isso, a doutrina e jurisprudência

aceitam que os municípios podem legislar sobre meio ambiente.

O STF também decidiu que "o Município é competente p/ legislar sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local e desde que esta harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados".

UNIÃO

→ art. 24, § 1º CF: normas gerais

ESTADOS E DF

→ art. 24, § 2º CF: normas complementares e supletivas

MUNICÍPIOS

→ art. 30, I e II, CF: normas de interesse local e suplementares

→ **COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA:** pode ser exclusiva ou comum.

É comum quando a União, Estados, DF e Municípios podem executar leis e políticas que visem proteger "bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, etc.

* **Sistema cumulativo de competência:** é uma vantagem porque quando um dos entes públicos se omitir na adoção de alguma iniciativa, outro ente poderá suprir a omissão. A desvantagem é que pode haver conflito quando entes diferentes possuírem ideias divergentes e caso aconteça, a CF irá relegar a lei complementar a fixação de normas de competência.